

As novas fronteiras da desigualdade

Homens e mulheres no mercado de trabalho

Margaret Maruani
Helena Hirata
(organizadoras)

Clevis Rapkiewicz
(tradutora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

As novas fronteiras da desigualdade : homens e mulheres no mercado de trabalho / Margaret Maruani, Helena Hirata (organizadoras); Clevis Rapkiewicz (tradutora). - São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2003.

Título original: Les nouvelles frontières de l'inégalité : hommes et femmes sur le marché du travail.

Bibliografia.

ISBN 85-7359-299-0

1. Discriminação contra mulheres 2. Discriminação sexual no trabalho 3. Igualdade de remuneração 4. Mercado de trabalho 5. Mulheres - Trabalho 6. Papéis sexuais no ambiente de trabalho. I. Maruani, Margaret. II. Hirata, Helena. III. Título : Homens e mulheres no mercado de trabalho.

03-0302

CDD-331.12

Índices para catálogo sistemático:

1. Homens e mulheres no mercado de trabalho : Economia 331.12
2. Mercado de trabalho : Homens e mulheres : Economia 331.12



inclusível de dois tipos (os homens *versus* as mulheres), e, nesse caso, querer que uma diferença permaneça uma diferença é instaurar um interdito.

Se o acesso à educação é precisamente o que abre todas as portas de todos os possíveis, então, aos olhos de certo(a)s professores(as), a noção de pedagogia anti-sexista se impõe.²⁹ Ela consiste na recusa em estabelecer uma ligação necessária entre diferença natural e desigualdade de tratamento, e se baseia, ao contrário, na exigência de igualdade de tratamento. Não se trata de negar a existência de diferenças naturais, ainda que se saiba hoje quanto é inútil procurar separar natureza e cultura, mas de manter o objetivo de igualdade instaurando, se necessário for, uma “discriminação positiva”. Por exemplo, qualquer que seja a origem das dificuldades das meninas no domínio espacial, procura-se eliminar esses *handicaps* objetivos. Portanto, pode existir um tratamento diferenciado de acordo com os sexos, não para reforçar as diferenças, mas para compensar as deficiências que daí resultam, direta ou indiretamente, com relação às possibilidades que são naturalmente abertas ao outro.

Em suma, a idéia de base dessa pedagogia anti-sexista é abolir as obrigações ligadas ao sexo na escolha de um modo de vida, e, na medida em que as exigências que a “masculinidade” impõe não são poucas, ela pode revelar-se libertária tanto para os homens quanto para as mulheres. Porém, é a questão da própria natureza da diferença sexual que é colocada. Por trás dos debates em torno da co-educação, projeta-se às vezes o temor de um alinhamento do “feminino” com o “masculino” e a dominância de um “masculino neutro”.³⁰ Mas se consideramos que, longe de serem essências a preservar, feminilidade e masculinidade são vertentes subjetivas de relações sociais de dominação entre os gêneros, então veremos na co-educação a oportunidade de sua “dissolução na alteridade, em que o sexo não seria então mais do que uma diferença entre outras, sem por isso ser o suporte de uma dominação”.³¹

²⁹ S. Lempen-Ricci & Th. Moreau (orgs.), *Vers une éducation non sexiste* (Lausanne: Réalités Sociales, 1986).

³⁰ N. Mosconi, “La mixité scolaire: une institution masculiniste”, cit.

³¹ M. Ferrand, “Les hirondelles de la mixité font-elles le printemps de l'égalité?”, cit.

A divisão sexual do trabalho revisitada

Helena Hirata e Danièle Kergoat

A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres como teoria e problemática de pesquisa sociológica emergiu no campo das ciências sociais nos anos 1970. Alguns anos mais tarde, embora seja comumente empregado, o termo remete a diversas lógicas cujo inventário ainda está por ser feito.

De um lado à idéia de “repartição do trabalho”. Os *status* sociais entre os sexos são presumidamente iguais, haveria complementaridade e conciliação dos papéis. De outro, à idéia de relações sociais antagonicas entre sexos. Elaborada a partir dos anos 1970, essa abordagem parece chamada a se reorganizar nos anos 1990, no momento em que se questiona o trabalho e mais precisamente a pertinência das oposições entre trabalho e emprego, trabalho e sem-trabalho, nesse período que também viu recentemente uma forte explosão de reivindicações.

Este capítulo tem por objeto, portanto, “revisitar” a divisão sexual do trabalho. Em primeiro lugar relembrando a qual quadro teórico nos referimos. Em seguida nos detendo no problema central para essa conceitualização da relação entre metaestabilidade e variabilidade – no espaço e no tempo – da divisão sexual do trabalho. Para isso, optamos por uma abordagem interdisciplinar que levanta a hipótese, confirmada a nosso ver pelas sessões do seminário do Mage que a aplicam, de que essa abordagem está entre as mais fecundas. Assim, relataremos as trocas cruzadas de diferentes disciplinas em torno do conceito de divisão sexual do trabalho. Enfim, descreveremos rapidamente a evolução recente dos conteúdos temáticos das pesquisas sociológicas nesse campo.

Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo

Nos anos 1990, tratar de “divisão sexual do trabalho” na França pareceria a alguns de uma suprema banalidade, sobretudo no domínio da sociologia. Quem não sabe hoje que as mulheres ganham menos que os homens, que são mais atingidas pelo desemprego, que respondem pela quase totalidade do trabalho do-

méstico, que a política de emprego é sexuada, quer seja a das altas esferas do Estado-padrão, quer sejam os contratos de trabalho das PME's? Que elas batem no "telhado de vidro" e não demoram a cair na "malha da pobreza"?

A divisão sexual do trabalho na França passou assim de um *status* subversivo para um *status* sociográfico.¹ Paralelamente a esse estado de coisas e de forma absolutamente lógica, o núcleo inicial das pesquisadoras interessadas no trabalho e nas relações sociais de sexo, esse núcleo que se tornava conhecido através de múltiplas etapas (criação do primeiro seminário daquilo que se tornaria o Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho – Gedisst, * conferência de Toulouse, "O Sexo do Trabalho", Atelier Production Reproduction – Apre, etc.) explodiu ao longo dos anos. Não tanto em "escolas" que se confrontariam em torno de paradigmas fortes, tal qual as historiadoras anglo-saxãs que às vezes nos surpreendemos invejando – desconstrutivistas e pós-modernistas contra os defensores de uma "história social" – ou mesmo estruturalismo (seja ou não "genético") contra o individualismo metodológico ou ainda agente contra ator. A explosão é de um outro tipo: em vez de se marcar (ou distinguir) por meio de fortes afirmações teóricas, a regra do jogo, bem de acordo com os tempos pré-1995, é banir conflitos e confrontos e se especializar em um ou outro tema da "condição feminina", ficando estabelecido, além disso, que a dominação masculina é evidente. Os trabalhos são muitos e frequentemente apaixonantes. Alain Bihl e Roland Pfefferkorn² apresentaram muito bem esse pulular. Mas terminam em um tom pessimista (muito diferente do tom do fim de seu livro precedente: *Déchiffrer les inégalités* [Decifrar as desigualdades]), constatando que o sistema está bloqueado e que a chave, tanto do sistema quanto do bloqueio, é a não-repartição do trabalho entre os sexos. Que eles têm razão no plano teórico, é evidente. Mas suas conclusões remetem igualmente ao sentimento de fatalismo que impregna a maior parte da produção francesa.

Portanto, parece-nos que o consenso, o pensamento em termos de complementaridade, a conciliação dos papéis invadiram insidiosamente o campo sociológico francês. Tudo isso em detrimento de uma sociologia em termos de relações sociais e de antagonismo.

1. D. Kergoat, "La division du travail entre les sexes", em Jacques Kergoat et al. (orgs.), *Effets des savoirs sur le travail* (Paris: La Découverte, 1998), pp. 319-327.

* Groupe d'Études sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail, em 2001 o nome do grupo mudou para Gênero e Relações Sociais (Gers), do CNRS associado à Universidade de Paris VIII (St da T.)

2. A. Bihl & R. Pfefferkorn, *Hommes, femmes: l'invisible qualité* (Paris: Éditions de l'Aube, 1995).

A segunda parte deste texto, como dissemos, mostrará como outras disciplinas podem irrigar esse campo de pesquisa, interpellando-o sobre pontos sensíveis do pensamento sobre a divisão sexual do trabalho.

Não faremos apenas nos insurgir contra o crescimento da sociografia, mas antes relembremos em grandes traços o quadro teórico que conduz à consideração conjunta da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo. Tentaremos mostrar em que uma abordagem teórica da divisão sexual do trabalho – e mais exatamente de uma sociologia do trabalho que integre as relações sociais entre os sexos – é atual, levando-se em conta a situação da sociedade francesa no fim do século XX. Evidentemente "sociologia do trabalho" é aqui considerada no sentido original do termo. Se nos referirmos ao *Traité de sociologie du travail*, fundado por Georges Friedman e Pierre Naville,³ a simples leitura do sumário mostra que "trabalho" inclui emprego, atividade, desemprego, saúde, escola/formação/emprego, etc.

A divisão do trabalho entre os homens e as mulheres é em primeiro lugar a imputação aos homens do trabalho produtivo – e a dispensa do trabalho doméstico e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, ao passo que são cada vez mais numerosas na nossa sociedade salarial as mulheres a querer entrar e se manter no mercado de trabalho.

Essa sustentação do trabalho social sobre o biológico é atestada por etnólogos e historiadores, qualquer que seja o período considerado. Mas é evidente que a sustentação em questão varia totalmente de forma, dimensão, altura... de acordo com o período considerado. Quanto a nós, a simples utilização de termos como "trabalho doméstico" mostra que nos situamos na sociedade salarial, a que nasceu no fim do século XVIII nos países ditos "do Norte", e somente nesse tipo de sociedade.

Porá daí, no tempo e no espaço, o "trabalho" tem outras faces, seja ele produtivo ou não produtivo. Entretanto, por toda parte e sempre, o "valor" distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção "vale" mais que reprodução, produção masculina "vale" mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas). Esse problema do "valor" do trabalho – termo empregado aqui no sentido antropológico e ético, não no sentido econômico – atravessa toda a nossa reflexão: ele induz a uma hierarquia social. Valor e princípio de hierarquia, são qualidades múltiplas, permanecem imutáveis: o trabalho de um homem pesa mais do que o trabalho de uma mulher. E quem diz hierarquia diz relação social.

3. Friedman & P. Naville (orgs.), *Traité de sociologie du travail*, 2 vols. (Paris: Armand Colin, 1962).

Mil provas existem, para quem quiser ver, de que essa opressão das mulheres pelos homens no trabalho é onipresente, pois é preciso falar de “opressão”, de “dominação”, e não de “desigualdade” ou “injustiça”. A comparação das qualificações de operários e operárias fornece o primeiro exemplo convincente;⁴ outro exemplo pode ser encontrado no fracasso das políticas que tentam auxiliar as mulheres a “alcançar” os homens em termos de formação.

É assim que somos levadas a propor a seguinte hipótese: em nossas sociedades salariais, a divisão do trabalho entre os sexos é o que está em jogo nas relações sociais de sexo. Essa assertiva necessita de alguns esclarecimentos: as relações sociais (de sexo) estão encarnadas na materialidade social pelas modalidades, pelas formas, pela periodização das práticas sociais. A divisão sexual do trabalho é o suporte empírico que permite a mediação entre relações sociais (abstratas) e práticas sociais (concretas) e a elaboração de hipóteses de médio alcance. Em outros termos: suprima-se a imputação do trabalho doméstico ao grupo social das mulheres e são as relações sociais que desmoronam, junto com as relações de força, a dominação, a violência real ou simbólica, o antagonismo que elas carregam. A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres.

Por isso, nem tudo no trabalho social e na divisão entre os sexos é dominação. Que há também vínculo social, é evidente. O problema começa com o uso que se faz disso. Que o discurso seja da ordem do enunciado político: as mulheres, agentes da coesão social; ou sob um enunciado mais simples: “Mas as relações entre os sexos não são apenas dominação, elas são também vínculos de amizade, de solidariedade, de amor, etc.”. Esse enunciado, expresso com convicção como uma prova definitiva de que as relações sociais podem querer o inverso do conceito de antagonismo em torno do qual nós o organizamos, faz rir. O amor entre o dominado e o dominante não é uma descoberta recente. Aliás, o francês, ao contrário de muitas outras línguas, oferece duas possibilidades para descrever as relações sociais: *rapprochement social* e *lien social* [relação social e vínculo social]. Portanto, falar de divisão sexual do trabalho e de relações sociais de sexo não remete unicamente a uma abordagem macrosociológica (seja ela estruturalista, holística ou durkheimiana), mas integra simultaneamente uma reflexão sobre a subjetividade. Esses termos não são

nada em uma relação de exclusão: há, *simultaneamente*, para os grupos sociais presentes – os gêneros, se se preferir – e para os indivíduos, vínculo e antagonismo.

Nenhum princípio de coerência teórica – antagonismo ou vínculo social – pode ser eleito como princípio de explicação universal. Ao contrário, diversidade e contradição estão no centro de toda a prática social. Por conseguinte, vínculo social não invalida relação social e vice-versa.

Outra coisa (sociológica) muito diferente é afirmar que o “vínculo social” é que é fundador das relações de sexo. Enfim, que é preciso tomar as vias do interacionismo ou as do individualismo metodológico para compreender as relações que os homens e as mulheres mantêm e, em particular, o problema do valor do trabalho, da assimetria das posições e da hierarquia. Para tanto, seria necessário provar que esses fenômenos não são recorrentes e que a divisão do trabalho entre os sexos é reinventada a cada dia por indivíduo(s) numa situação igual de início... Tal tarefa parece difícil.

Terminaremos esta parte insistindo no valor heurístico que teria a nosso ver a reorganização da problemática da divisão sexual do trabalho no fim do século XX. Aumento da flexibilidade da mão-de-obra, desemprego em massa, globalização do trabalho, trabalho imaterial, informatização e automação dos processos de trabalho... conduziram a rever o conceito de trabalho, o lugar real e simbólico do assalariamento no trabalho e no acesso à cidadania. Muitas são as questões a tratar. Para tomar somente um exemplo, se o trabalho assalariado é o maior acesso à cidadania social, o que dizer então de todas as mulheres economicamente “não ativas”, particularmente aquelas das décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial? O que houve com as ativas cujo trabalho profissional era descontínuo? É preciso falar do assalariamento, do trabalho produtivo ou do trabalho profissional? Qual é o *status* do trabalho doméstico (ao qual se tende atualmente a reconduzir as mulheres) em relação à cidadania social? A ligação é direta ou deve ser mediatizada pelo trabalho profissional, pela militância associativa?

Esse conjunto de questões é o pano de fundo sobre o qual pode-se imaginar um programa de trabalho. A alternativa entre as duas concepções da divisão sexual do trabalho enunciadas anteriormente (complementaridade entre os sexos ou relações sociais antagônicas) seria considerada aqui como um desafio da sociedade na medida em que está no âmago das discussões sobre o emprego, o desemprego, a exclusão. Em todos esses níveis, o conceito de divisão sexual do trabalho é heurístico para analisar os mecanismos do poder político e seus discursos de legitimação.

⁴ D. Kergoat, “Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale”, em *Critique de l'Economie Politique*, n° 5, Paris, 1978, pp. 65-97.

surpreendente na medida em que tais disciplinas não se constituíram ao mesmo tempo nem sobre os mesmos objetos. Aliás, a aproximação entre o surgimento de um questionamento teórico sobre a variável sexo e o impulso de um movimento social das mulheres é feita explicitamente por um certo número de pesquisadoras, entre outras, N. Folbre.¹⁴

Em economia várias teorias da divisão sexual do trabalho foram construídas não somente para dar conta da divisão sexual do trabalho nos lares, mas também para explicar as diferenças no campo do trabalho profissional e do emprego. A abordagem microeconômica – das teorias neoclássicas da oferta de trabalho às teorias da discriminação e suas variantes – tentou explicar a posição subordinada das mulheres e a continuidade dessa inferioridade econômica. É impossível desenvolver aqui a argumentação dessas teorias. Portanto, remetemos às sínteses críticas de Catherine Sofer, Cécile Brossollet e Anne Bustreel.¹⁵

As teorias heterodoxas da segmentação ou do mercado dual e a do exército industrial de reserva e suas variantes também propuseram explicações sobre as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho.¹⁶ Essas teorias se opõem ao quase silêncio sobre a questão da divisão do trabalho entre os sexos de outras correntes heterodoxas contemporâneas: a escola da regulação e a economia das convenções. Para uma apresentação crítica destas, remetemos às análises de Philip Arestis e Eleni Paliginis para a primeira e Fathia Talahite para a segunda.¹⁷

Um estudo comparativo sistemático das teorias da divisão sexual do trabalho elaboradas no campo da sociologia e da economia encontra-se ainda por fazer. Poder-se-iam encontrar similaridades entre a abordagem sociológica da conciliação dos papéis e a abordagem microeconômica da família, de Gary Becker, que interpreta a especialização das tarefas entre o casal em termos de interesse econômico.

Esses poucos elementos nascidos da troca entre a história e a economia podem ser enriquecidos por outras confrontações disciplinares: com a antropologia de Françoise Héritier e a psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours.

Antropologia e psicodinâmica do trabalho

O que dizem essas disciplinas sobre a divisão sexual do trabalho para os sociólogos? A organização social – e em particular a organização do trabalho – pode ser considerada um dos maiores pontos de convergência das construções teóricas de certas correntes de pesquisa dessas disciplinas para compreender e explicar as diferenças entre homens e mulheres. Uma confrontação da antropologia social, da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho mostra, de fato, a partir de campos e terrenos de análise bem contrastados, a importância da construção social, cultural e histórica das diferenças entre os sexos. Que tal construção seja formalizada em termos de “valência diferencial dos sexos”¹⁸ ou de “divisão sexual do trabalho”, desafio das relações sociais de sexo,¹⁹ o que permanece é a ideia de um invariante: a hierarquia entre os sexos, com a supremacia do masculino.

O interesse de convocar disciplinas como a antropologia ou a psicologia é permitir esclarecer mais particularmente o aspecto de permanência, continuidade, e de variabilidade. A abordagem antropológica permite “trazer à tona” os “elementos invariantes” sob as diversidades.²⁰ A perspectiva adotada pela psicodinâmica do trabalho sobre o par feminilidade/masculinidade e sobre a bissexualidade psíquica²¹ também pode esclarecer a natureza da “continuidade” e da “estabilidade” das relações sociais de sexo dentro e fora da esfera do trabalho.

Se o aspecto “permanência” aproxima assim as perspectivas disciplinares preexistentes, as diferenças também são outro aspecto dessa confrontação. Um ponto importante do descompasso a sublinhar parece consistir no lugar concedido ao *sujeito* e à *subjetividade*, central na abordagem da psicodinâmica do trabalho; à *cultura*, dimensão particular na visão da antropologia; à *tecnologia*, determinação privilegiada pela sociologia do trabalho, o que não quer dizer que as outras disciplinas não se apropriem dela à sua maneira.

Uma primeira questão, transversal a essas três disciplinas, é evidentemente a da relação entre o *biológico* e o *social*, entre *natureza* e *cultura*, entre *sexo* e *gênero*. Como cada uma dessas disciplinas reflete sobre essa articulação? Na seção do *Mage* dedicada à saúde no trabalho,²² Karen Messing levantava a questão da origem das diferenças

¹⁴ F. Héritier, *Masculin/féminin: la pensée de la différence* (Paris: Odile Jacob, 1996).

¹⁵ D. Kergoat, “La division du travail entre les sexes”, cit.

¹⁶ F. Héritier, *Masculin/féminin: la pensée de la différence*, cit.

¹⁷ P. Molinier, *Psychodynamique du travail et identité sexuelle* (Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 1995).

¹⁸ *Les Cahiers du Mage*, n° 4, 1996.

¹⁴ N. Folbre, *De la différence des sexes en économie politique* (Paris: Édition des Femmes, 1997).

¹⁵ C. Sofer, *La division du travail entre les hommes et les femmes* (Paris: Economica, 1985); C. Brossollet, “Spécialisation et déspecialisation sexuelle du travail...”, cit.; A. Bustreel, *Contribution à l'analyse économique de la non-division du travail dans les ménages*, cit.

¹⁶ A. Arnsperg (org.), *The Economics of Women and Work* (Londres: Penguin Books, 1980); A. Bustreel, *Contribution à l'analyse économique de la non-division du travail dans les ménages*, cit.

¹⁷ P. Arestis & E. Paliginis, “Fordism, Post-Fordism and Gender”, em *Économie Appliquée*, 48 (1), Paris, 1995, pp. 89-108; F. Talahite, “Que peut apporter la théorie des conventions à l'étude du chômage des femmes?”, em *Les Cahiers du Mage*, n° 3-4, Paris, 1995, pp. 43-51.

de sexo, referindo-se a dimensões tais como o biológico, o socioeducativo, etc. Sabe-se que essa relação é fundamental não só para a psicopatologia, para a antropologia, mas também para o debate sociológico sobre os fundamentos das diferenças de sexo. No debate sociológico, ou a biologia é negada para melhor combater aqueles que naturalizavam as diferenças sexuais, ou tenta-se integrá-la na construção do gênero e na opressão masculina, como faz Cynthia Cockburn²³ quando evoca a força física dos homens, sua violência, como parte de sua supremacia.

Uma segunda questão é a da relação entre gênero e tecnologia. Trata-se de considerar o caráter sexuado da relação com as técnicas na análise das diferenças entre os sexos. A idéia da construção social da incompetência técnica das mulheres veiculada pela sociologia é compartilhada pela antropologia.²⁴

A contribuição da psicodinâmica do trabalho é outra. Ela enriquece a análise sociológica do trabalho das mulheres introduzindo a questão da relação entre trabalho e saúde mental: o trabalho fragmentado, monótono e repetitivo em linhas de montagem, numa cadência imposta, é um "trabalho patogênico ou destruturante". Esse tipo de trabalho é destinado majoritariamente às mulheres. Ele se opõe à atividade de coletivos masculinos de trabalho, caracterizados por cooperação, autonomia, iniciativa, criatividade, atividades que dependem, por isso mesmo, de "trabalhos estruturantes e sublimatórios".

A consideração da família e das relações domésticas é diferente da aplicada pela história e pela economia. A análise antropológica, ao dar a prioridade à família, contrasta com a abordagem da psicodinâmica do trabalho, inspirada pela sociologia das relações sociais de sexo, que postula a imbricação do trabalho profissional e do trabalho doméstico.

Como as relações de poder – e/ou as relações de força – entre os sexos aparecem nas disciplinas consideradas? Uma convergência inesperada entre psicodinâmica do trabalho e antropologia se manifesta na resposta que dão a essa questão. Elas de fato teorizam de forma similar as modalidades de construção da hierarquia entre os

²³ K. Messing, "Chicken or Egg: Biological Differences and the Sexual Division of Labour", em K. Messing et al. (orgs.), *Invisible: la santé des travailleuses* (Charlottesville: Gynergy Books, 1995). C. Cockburn, "The Relations of Technology: what Implications for Theories of Sex and Class?", em R. Crompton & M. Mann (orgs.), *Gender and Stratification* (Oxford/Cambridge: Polity Press, 1986).

²⁴ Atelier Production Reproduction, "Les rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'analyse", em *Cahiers de l'Après*, n° 7, Paris, 1988; C. Cockburn, "The Relations of Technology...", cit.; D. Chabaud-Rychter (org.), "Genre et techniques domestiques", em *Cahiers du Gêdist*, n° 20, Paris, 1998; F. Héritier, *Masculin/féminin: la pensée de la différence*, cit.

sexos. Christophe Dejours²⁵ faz referência a uma espécie de "alquimia social" que transmuta o vício em virtude: desprezo ao sofrimento, violência contra os mais fracos, considerados comumente um defeito, são valorizados como "qualidades viris" quando exercidas por homens em suas práticas de trabalho. Há "inversão do senso moral".

Essa tese sobre o mecanismo psicoafetivo da dominação masculina é muito próxima da idéia de valorização do pólo negativo, proposta na antropologia por François Héritier.²⁶ "Só um dos dois pólos é valorizado e, fato preocupante, com frequência é valorizado o aspecto considerado moralmente negativo e a *contingência* desvalorizado o aspecto positivo de um par de oposições", a valorização do guerreiro valoroso, por exemplo, contrastando com a preferência geralmente concedida pelos homens à paz em sociedade.

Assim, a partir de lógicas interpretativas próprias a cada uma dessas duas disciplinas, encontramos a afirmação da existência de uma relação de forças que está na própria origem do conceito sociológico de "divisão sexual do trabalho", como expressão de uma relação antagonica entre os sexos.

O status do trabalho em cada uma dessas abordagens disciplinares é, afinal, bastante particular: "centralidade do trabalho" em Christophe Dejours, "organização social global do trabalho" em Miriam Glucksmann, "repartição sexual das tarefas" em Françoise Héritier.²⁷ O desenvolvimento dessas construções conceituais nos parece necessário para que se avance numa teoria da divisão sexual e se compreendam melhor suas condições de emergência, a diversidade de suas modalidades de existência no espaço e sua reprodução no tempo.

A evolução recente dos temas de pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho

Podem-se constatar na França, ao longo da década de 1990, mudanças nos conteúdos temáticos das pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho, em ligação estreita com a evolução da conjuntura econômica e social. Não podendo citar aqui

²⁵ C. Dejours, *Souffrance en France* (Paris: Seuil, 1998).

²⁶ F. Héritier, *Masculin/féminin: la pensée de la différence*, cit.

²⁷ C. Dejours, "Centralité du travail et théorie de la sexualité", em *Revue Adolescence*, 14 (2), Paris, primavera de 1996, pp. 9-29; M. Glucksmann, "Why Work? Gender and the 'Total Social Organization of Labour'", em *Gender, Work and Organization*, 2 (2), Oxford, 1995, pp. 63-75; F. Héritier, *Masculin/féminin: la pensée de la différence*, cit.

o conjunto das pesquisas, remetemos às referências mencionadas em Helena Hirata, *Cahiers du Mage e Cahiers du Gêdist*.²⁸

As pesquisas que tratam da repartição do trabalho, os empregos ditos "de proximidade" ou de serviços, o trabalho em tempo parcial ou o advento de um "terceiro setor" retomam, de outra maneira, a questão da remuneração e, mais precisamente, da monetarização do trabalho doméstico e de seu reconhecimento social. A análise das consequências das políticas recentes de redução do tempo de trabalho sobre a divisão sexual do trabalho doméstico traz à tona uma continuidade, até mesmo um reforço dos papéis sexuais, os quais é conveniente questionar. A partir das análises do trabalho doméstico ocorreu um outro deslocamento em direção a uma reflexão sobre as tecnologias domésticas que utilizam métodos e instrumentos conceituais novos nesse campo. Essas pesquisas se distinguem das citadas anteriormente por não integrarem de imediato a dimensão do contexto econômico.

Por outro lado, um certo número de análises do emprego e do trabalho profissional coloca atualmente a questão da precarização social e do emprego num contexto de crise. As consequências dessa degradação do emprego para as condições de trabalho e para a saúde foram objeto de importantes trabalhos interdisciplinares.

Além disso, a leitura sexualizada dos movimentos sociais abre uma nova pista para refletir sobre as configurações da divisão do trabalho entre os sexos num contexto de movimentos sociais amplos que impliquem diferentes categorias sociais, como, por exemplo, os conflitos de novembro/dezembro de 1995 na França.²⁹

Enfim, as comparações internacionais tiveram um forte desenvolvimento neste último período. Elas continuam a mostrar sua pertinência para compreender a multiplicidade de configurações no espaço da divisão sexual do trabalho. Indicam o peso das instituições e dos contextos socioculturais nacionais nas modalidades da divisão do trabalho profissional e doméstico. Mostram concretamente como a dimensão relativa à sociedade das práticas sociais mais diversas – responsabilidades sobre o cuidado das crianças, gestão dos tempos sociais, modalidades de ajuda

mútua, usos que as mulheres fazem da legislação – repercute e modela as divisões sexuais do trabalho.

Essas pesquisas iluminam as zonas sombrias a ser perscrutadas para analisar as formas de organização e de divisão do trabalho profissional, além dos aspectos ligados à conjuntura econômica e à situação do mercado de trabalho; elas pleiteiam para que seja levado em consideração o conjunto de determinações ligadas à atividade de trabalho num sentido amplo, incluindo o domínio dito "privado" ou doméstico, assim como a relação subjetiva com o trabalho e o emprego.

Pode-se, a partir desses progressos da pesquisa, falar de "simples mudanças das modalidades da divisão sexual do trabalho"? Ou dever-se-ia antes falar de "verdadeiro enfraquecimento", até mesmo de um "desmoronamento das formas de inferioridade feminina no mercado de trabalho"?²⁹ O panorama atual é complexo e contraditório. A multiplicação de pesquisas empíricas, o acúmulo de dados contabilizados desagregados por sexo, as comparações internacionais da divisão sexual do trabalho profissional e doméstico, o prosseguimento na elaboração de teorias sobre a construção social do gênero deveriam permitir um avanço em direção a uma resposta a essas questões.

²⁸ H. Hirata, "Division sexuelle du travail: état des connaissances", em A. Soares (org.), *Stratégies de résistance et travail des femmes* (Montreal/Paris: L'Harmattan, 1997), *Les Cahiers du Mage* de 1995-1997, e *Cahiers du Gêdist* de 1997-1998.

²⁹ A greve de dezembro de 1995 paralisou quase completamente, por mais de um mês, o setor público francês (transportes, educação, saúde, etc.). O ponto de partida foi a oposição a um projeto de reforma da previdência social que limitava o acesso universal aos benefícios sociais. Reivindicava-se a manutenção do acesso ao serviço público para todos. As questões apresentadas na greve de 1995 continuam atuais em 2003. (N. da T.)

³⁰ F. Michon, "Réorganisation des temps de travail et division sexuelle du travail: quels changements?", em *Les Cahiers du Mage*, nº 2, Paris, 1997, pp. 93-97.